



BOLETIM REGIONAL

ECOS & REFLEXOS



OBSERVATORIO REGIONAL
– AMERICA LATINA - ECOS Y REFLEJOS
Brasil, Colômbia e Nicarágua



Vozes de meninos, meninas e adolescentes no âmbito dos 30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU.

Um projeto apoiado pela tdh Alemanha





2020

AFECTADOS
ATRAPADA
CONFUNDIDO
DEPRIMIDO ANSIOSO
TRISTE
ANGUSTIADO

Direitos do NNAJ

afetados em tempo de pandemia.

A nível mundial e em tempo de COVID-19, o trabalho das organizações sociais frente a proteção e cuidado com crianças, adolescentes e jovens é ainda mais exigido. Esta população enfrenta novas realidades e encontra-se em um contexto ainda mais complexo que anteriormente. Nesta edição do Boletim Observatório Ecos e Reflexos compartilhamos um olhar regional sobre o panorama da vulnerabilidade de direitos na Colômbia, Brasil e Nicarágua. Expomos a nossa preocupação sobretudo com o risco que crianças, adolescentes e jovens enfrentam nos dias atuais, especialmente na condição de migrantes.

Os migrantes encontram-se em uma situação de dupla crise humanitária: encontram-se fora das coberturas de atenção de serviços sociais e são praticamente invisíveis ao olhar de governos locais cujas medidas não são efetivas para garantir a regulamentação de seu status antes da chegada da pandemia. Essa questão torna-se mais crítica e pode ter consequências inimagináveis especialmente em zonas de fronteira, assentamentos informais e arrendamentos.



SOLA

Dentro da população refugiada e migrante os grupos mais vulneráveis são: (i) pessoas em trânsito que devido ao fechamento de fronteiras permaneceram nas estradas durante dias, (ii) pessoas em situação de rua, (iii) pessoas com necessidades médicas especiais ou doenças terminais, (iv) famílias cuja geração de renda foi afetada pela interrupção das atividades e término de contratos, (v) homens e mulheres sozinhos/as não priorizados/as, (vi) grupos de indígenas em zonas de fronteira que possuem movimento pendular entre países, (vii) crianças, adolescentes e jovens não acompanhados/as e/ou separados/as de seus grupos familiares não contatados/as pelos governos.

As necessidades que enfrentam crianças, adolescentes e jovens migrantes são múltiplas e complexas. Vale a pena assinalar apenas algumas como exercício para imaginar o que estão enfrentando esses últimos meses. Não contam com acesso a alimentos e vestuário adequado para realizar largas caminhadas e suportar as mudanças radicais de temperatura, com também carecem de acesso a fontes de água para hidratação e elementos de higiene pessoal. Obviamente encontram dificuldades para contar com elementos de biossegurança, máscaras, sabão líquido e objetos de proteção em geral.

As pessoas que encontravam-se em hotéis e residências temporárias foram desalojadas diante da impossibilidade de cumprir com os pagamentos acordados; aquelas que encontravam-se em assentamentos informais, do tipo humanitário, enfrentam a incerteza de saber até quando poderão permanecer ali e de que maneira as equipes de organizações internacionais vão seguir ajudando-lhes.

Para as pessoas que decidiram retornar ao seu país de origem, o desafio encontra-se em conseguir recursos financeiros para pagar pelo transporte e contar com a sorte de chegar até o destino final. Parece quase um luxo pensar em contar com elementos de proteção pessoal dentro dos veículos e de condições mínimas para o cuidado com os passageiros. A atenção com a saúde e

“
**no momento atual gerado pela
pandemia, alguns direitos
estão em limbo total e
passaram pelo esquecimento
coletivo**”

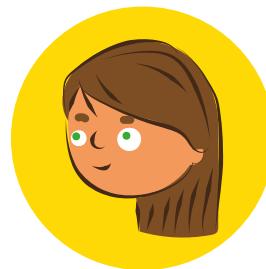
a realização de testes para detectar o COVID-19 constituem também uma necessidade latente. Contar com mais informação e conscientização sobre os riscos que os movimentos entre países implicam para crianças, adolescentes e jovens e seus familiares, faz com que seja necessário tomar ações para a prevenção do consumo de substâncias, o uso, recrutamento e abuso sexual.

A educação é sem dúvida um dos direitos mais afetados no contexto da emergência, sobretudo em zonas rurais e sem acesso às tecnologias e com ausência de docentes. É realidade o fato de que estudantes ficarão novamente desescolarizados/as como consequência da crise migratória e da pandemia, dado o fechamento das instituições educativas e a inexistência de conectividade da internet para obter a tão promovida educação “virtual.”

Há uma evidente saturação de informação nos meios de comunicação e nas redes sociais a respeito das possíveis consequências do coronavírus para a população mundial. As mensagens iniciais associadas a um maior impacto em pessoas idosos fizeram com que se subestimasse os riscos aos quais a população jovem está exposta. É momento de manter estratégias de comunicação que permitam uma total sensibilização e uma maior participação de jovens e suas famílias frente ao contexto do vírus.

Vale a pena assinalar também que tanto na crise migratória como no momento atual gerado pela pandemia, alguns direitos estão em limbo total e passaram pelo esquecimento coletivo. É como se jovens migrantes não tivessem o direito de brincar, se divertir, porque na visão dos adultos e do estado as necessidades estão claramente centralizadas na sobrevivência sem que haja a possibilidade de crianças, adolescentes e jovens opinarem sobre as decisões tomadas para a sua proteção.

Precisamos nos perguntar sobre o que vamos fazer quando tudo melhorar e como vamos entender e nos relacionar para além do consumo desmedido e sobre as limitações das fronteiras que dividem países, classificam as pessoas e diluem as vidas de crianças, adolescentes e jovens postergando o acesso aos seus direitos entre uma crise e outra.

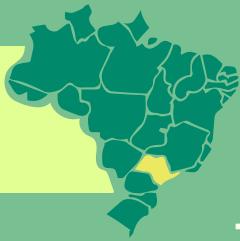


<http://tdh-latinoamerica.de/>





**UM OLHAR PARA
COMPREENDER MELHOR
O PANORAMA NA
REGIÃO**



Brasil

Território e violações de direitos de crianças, adolescentes e jovens.

De que território estamos falando?  **São Mateus e Sapopemba (São Paulo – Brasil)** possuem aproximadamente meio milhão de habitantes. Em ambos, aproximadamente 20% da população tem menos de 15 anos, segundo os dados da SEADE (Sistema Estatal de Análise de Dados). A porcentagem de lares em favelas em relação ao número total de lares é de 21.58% em Sapopemba e de 6.75% em São Mateus. Esses territórios também têm em comum o seu processo de formação que, como na maioria das periferias, se caracteriza pela falta de acesso e pela luta da classe trabalhadora, oriunda sobretudo das zonas rurais de diversos estados brasileiros, por habitação - perpetuando assim a moradia em ruelas e becos distanciando dos grandes centros futuras gerações.

É bastante comum escutar os relatos de residentes idosos sobre o conformação dos territórios. “Ali perto daquele beco, havia um bico de água e podíamos contar nos dedos a quantidade de barracas” ou “Aqui tudo era barro, somente vinha ônibus a cada três horas e tinha que ir até a avenida.” Entretanto, essas narrativas são escutadas não são somente quando, e sem pretensão, buscamos resgatar o passado dessas áreas marcadas pela negligência do estado. São comuns os relatos de extermínio, brigas e ausência do estado para garantir os serviços básicos. Os fatos não desapareceram de forma mágica, somente ganharam uma nova roupagem ao longo das décadas

Ao observarmos o Mapa da Desigualdade na primeira infância de 2020 e outros indicadores que medem a situação da infância em São Paulo, faz-se evidente a quantidade de crianças e adolescentes afetadas por estes problemas estruturais. Temos uma elite e uma classe média que busca fomentar a ideia de meritocracia que coloca uma máscara em seu discurso higienista e eugênico. A grande alternativa para manter a desigualdade e o status quo é culpar a periferia pela falta de acesso aos seus direitos básicos.

Como podemos falar sobre o desenvolvimento pleno de nossas crianças e adolescentes se não podemos garantir o acesso ao básico? Os problemas da infância no Brasil foram sempre descartadas dos espaços de poder por serem considerados menos importantes. O ocorrido de antemão foi sempre resultado de movimentos comprometidos ao longo da história com a luta por direitos e que têm as suas raízes nas classes oprimidas em São Mateus e Sapopemba. Atualmente vivemos, mais que as lutas por avanços que já eram homéricas, os esforços para deter os retrocessos que chegam às custas do pouco do que se avançou. As crianças, adolescentes e jovens de territórios da periferia como o nosso, no caso de São Mateus e Sapopemba, são os primeiros que sofrem com o desmonte de políticas sociais, com o aumento da violência, o encarceramento em massa e a fome.

O meio de transporte “monotrilho” foi recentemente inaugurado e se estende desde a Vila Prudente até São Mateus, facilitando o acesso de alguns territórios da periferia da zona leste

“
Necessitamos olhar para as crianças e adolescentes com olhos diferentes, devemos sair da estação e coloca-los no centro do debate, produzindo ferramentas para que, inclusive na escassez, criem novas possibilidades e liderem os processos.
”



ao centro de São Paulo. Estava previsto para ser inaugurado em 2014, mas foi finalizado parcialmente somente em 2019 e começou a operar a tempo completo em janeiro de 2020. Este foi o transporte utilizado para chegar à sede do CEDECA Sapopemba desde o início do ano. A viagem é longa e o veículo se move sobre uma plataforma de 15 metros de altura – se pode observar, assim, o tamanho dos bairros e vilarejos reproduzindo formas e desenhos ao largo da rota. Uma imagem bonita vista à distância, mas para quem lida com as violações na vida cotidiana, as imagens da viagem são de curta duração e rapidamente temos que descer na estação e quando nos deparamos com as falhas “não é tão bonito assim”.

Mas, o que isso tem a ver com crianças e adolescente e a violação de direitos nesses territórios? “O olhar.” Necessitamos olhar para as crianças e adolescentes com olhos diferentes, devemos sair da estação e coloca-los no centro do debate, produzindo ferramentas para que, inclusive na escassez, criem novas possibilidades e liderem os processos.

A violência do estado e a moradia são uns dos temas muito debatidos ao longo do tempo, mas sempre desde a perspectiva dos adultos, o que constitui um risco. Cada vez mais torna-se possível ver ações de educação popular desde coletivos tais como São Mateus em Movimento, Periferia Preta, CEDECA Sapopemba, CDHS (Centro de Direitos Humanos de Sapopemba), Instituto Daniel Comboni, Centro Comunitário

Elza Soares, Centro Comunitário Joílson de Jesus entre muitos outros espaços, coletivos e movimentos que têm como objetivo levar o debate para crianças e jovens, criando assim espaços de intercâmbio, cuidado e reformulação. Estes “oásis” de possibilidades dentro de territórios com tantas ausências são fundamentais para o desenvolvimento de práticas emancipatórias. O descuido do estado, controlado pelas elites e megacorporações, tem planos predeterminados para os filhos e filhas de classes trabalhadoras não somente de São Mateus e Sapopemba, como de toda América Latina e periferias do mundo.



<http://cedecasapopemba.org>





Colômbia



Contexto de vulnerabilidade de direitos priorizados a serem monitorados por parte das crianças e adolescentes na Colômbia

O projeto Observatórios se desenvolve em quatro cidades da Colômbia: Bogotá, Buenaventura, Cartagena e Cúcuta. As quatro são muito diferentes entre si em aspectos sociopolíticos e econômicos. Todas atravessadas por profundas desigualdades sociais históricas que afetam diretamente crianças, adolescentes e jovens. Este texto é apresentado pela voz de participantes do projeto, de tudo aquilo que mais lhes chamam a atenção sobre a vulnerabilidade de direitos e situações que contribuem para isso.

Bogotá

Direito à família: Todos os dias assistimos a violência intrafamiliar, não existe liberdade de expressão dentro dos lares, problemas de união nas famílias e para que nos compreendam, ainda não aceitam como nós somos.

Direito à Saúde: A saúde emocional de crianças, adolescentes e jovens não é levada em consideração, achamos que se deve dar mais atenção a isso.

Direito ao Território e à Cidade: Não temos direito à moradia, não temos espaços físicos para recreação e atividades.

Direito à Liberdade de Expressão: Não temos espaços de privacidade, não somos respeitadas como crianças e não temos espaços para estarmos tranquilos.

Derecho a la vida: La vida não é respeitada, não podemos comer bem, o nosso direito à alimentação está afetado pela economia.

Direito à Liberdade: Vemos situações de recrutamento e sequestros em zonas rurais e urbanas. A discriminação acontece todo tempo

Direito à Vida: O projeto de vida de muitas crianças e adolescentes é descartado por causa da violência. Crianças e adolescentes estão morrendo.

Direito à Saúde: Não temos possibilidade de termos água, não contamos com estruturas de atenção à emergência (primeiros socorros, serviços disponíveis), sobretudo nas escolas.

Direito à Segurança: Problemas com a segurança rodoviária, vemos casos de estigmatização de crianças, preconceitos e aparências.

Direito à Educação: O absentismo escolar é um problema, a infraestrutura não é adequada.

O **Direito à Paz** foi estabelecido como eixo transversal da observação. Entendendo como podemos contribuir para a construção da paz e que se for garantido todos os direitos alcançaremos a paz.

Buenaventura

Cartagena

Direito à Saúde: Demoram em disponibilizar consultas médicas, dificuldades no atendimento, falta de especialistas, serviços de má qualidade em alguns centros médicos.

Direito à Família: Brigas intrafamiliares, tipos de maltrato nos lares. Maltrato à mulher, maltrato de diferentes tipos às crianças

Direito à Alimentação: Falta de alimentação adequada. Falta de recursos. Falta de alguns produtos

Direito à Vida: Não temos condições dignas de vida, não há segurança e há muitos roubos

Direito à Proteção: Não há respeito pela opinião do outro.

Direito À Liberdade de Expressão: Vemos brigas sobre a liberdade de expressão. O tema da liberdade de religião (isso as vezes não se cumpre nos colégios)

Direito à Educação: Não existe infraestrutura, educação de qualidade, metodologias para desenvolver os temas.

Cucuta

Direito à Vida: Não há respeito pela vida de crianças e pessoas idosas em estado de vulnerabilidade ou em estados não adequados, como por exemplo, com doenças crônicas. Vemos que há abortos e isso nos preocupa.

Direito à Alimentação: Vemos que não há cobertura de merendas para todas as crianças no colégio e as vezes dependemos disso para nos alimentarmos.

Direito à Família: não vemos que há união nas famílias e sofrem muito para educar seus filhos.

Direito à Saúde: Não temos atenção adequada, não somos medicados e as consultas demoram muito.

Direito à Educação: Não temos vagas suficientes para todas as crianças estudarem.

Direito à Igualdade: Vemos que há muito assédio moral e bullying nas escolas. Há discriminação com os que chegam de outros lugares.

“

Reconhecer as distintas linguagens, expressões cotidianas e formas de relacionamento nos territórios nos permite, desde o Observatório, perceber a riqueza do universo cultural ao qual estão imersas as crianças e adolescentes e ao mesmo tempo favorece a criação de metodologias inovadoras para o diálogo intergeracional entre as organizações sociais focadas este público.

”

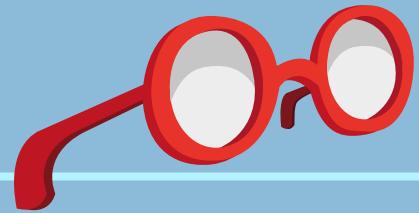


<http://coalico.org>





Nicarágua



Situação da infância e adolescência na Nicarágua

Situada na América Central, a Nicarágua, possui uma superfície de 130.370 Km². Geopoliticamente está constituído por 15 departamentos e 2 regiões autônomas que conformam 153 municípios. Sua população é de aproximadamente 6,38 milhões de habitantes – 51% homens e 49% mulheres. É um país majoritariamente de pessoas jovens – a população com menos de 19 anos, que inclui crianças e adolescentes, representa 42,3% da população total. 69% dos nicaraguenses são mestiços/as, 17% brancos/as, 9% negros/as e 5% indígenas. A esperança de vida é de 69 anos para os homens e de 74 anos para as mulheres (INIDE, 2017).

Em 2016, a pobreza estava estimada em 29% e a pobreza extrema em 8%. A pobreza segue afetando a Nicarágua, sobretudo os grupos compostos por crianças de adolescentes entre 0 e 7 anos. 10% das crianças, entre 0 e 5 anos e 10.7% entre 6 e 12 anos vivem na extrema pobreza (INIDE, 2016).

Atualmente a Nicarágua enfrenta uma de suas piores recessões econômicas como consequência da crise sociopolítica iniciada em abril de 2018 e que ameaça aumentar os níveis de pobreza das famílias nicaraguenses. Neste mesmo ano, houve uma diminuição de 3,8% no PIB e um freio no crescimento médio anual de 5,1% que havia sido alcançado durante o período de 2010-2017 (BCN, 2019).

Em dezembro de 2019, a taxa de inflação acumulada estava estimada em 6,3% e a taxa de desemprego em 7%. O PIB per capita estava calculado em US\$1,879 em 2019 (FUNIDES, 2020). O índice de GINI estava calculado em torno de 0,33 (INIDE, 2017).

A crise sociopolítica também afetou o desemprego. Em 2018 cerca de 453 mil pessoas foram demitidas – desta quantidade 137 mil ainda se encontram desempregadas (FUNIDES, 2020). Essa realidade está desencadeando um aumento nas condições de pobreza, o que pode levar ao aumento do trabalho infantil. A piora da crise geopolítica, a recessão econômica e a falta de emprego também provocaram o deslocamento forçado de 100 mil nicaraguenses (Confidencial, 2019) a outros países da América Central (Costa Rica, Panamá, El Salvador e Guatemala), Estados Unidos e Espanha.

A migração forçada tem efeitos negativos nas famílias, sobretudo para crianças e adolescentes. Afetadas emocionalmente, elas são obrigadas a ausência de seus pais/mães e/ou outros afetos. Este fenômeno tem promovido a desintegração familiar, aumento no abandono escolar e nos níveis de pobreza, entre outros.

Na Nicarágua, o investimento público do Gasto Social vinculado a crianças e adolescentes se mantém nos mesmos níveis nos últimos três anos, a saber 1,3 milhões de dólares anuais. As alocações para a Saúde (3,3%), Educação (3,4%) e Proteção Especial (0,3%) se mantem invariáveis em relação ao PIB. Os planos de investimento municipal foram reduzidos em 60% durante o período de 2017-2019, sendo que os projetos para melhoria da infraestrutura escolar e saúde foram os mais afetados (MHCP, 2019).

“

La protección hacia la niñez y adolescencia sin duda es una de las materias pendientes en las políticas sociales de Nicaragua.

”

Na educação, os índices de matrícula e retenção escolar aumentaram nos últimos cinco anos – o que indica uma melhora no acesso e cobertura do ensino fundamental e no ensino médio. Na educação primária (entre 6-12 anos), a matrícula se situa em torno a 95% e a porcentagem de permanência em 89%. Na secundária (acima de 12 anos), a matrícula é estimada em 70% e a repetência 13,4%. O acesso à educação de

qualidade é mais escasso em zonas rurais – 26,4% dos/as estudantes entre 7 – 17 anos enfrentam dificuldades graves para irem à escola, sobretudo na educação secundária (INIDE, 2019). É importante destacar que em relação à profissionalização docente, na primária 8 a cada 10 docentes são titulados, enquanto que na secundária 7 de 10 encontram-se na mesma condição. O salário de um docente equivale a 213,7 dólares e investimento anual para cada criança na pré-escola é de 60 dólares; na primária 287,7 dólares e na secundária 225,5 dólares (MHCP, 2019).

Na área de saúde, o investimento por habitante (Gasto per-capita em saúde) encontra-se ao redor de 66 dólares e o investimento em remédio por habitante em torno de 6,8 dólares (MCHP, 2019). Por outro lado, a gravidez em adolescentes continua sendo um dos maiores problemas de saúde pública. Em cada 1.000 meninas adolescentes (entre 15 e 19 anos), 110 são mães. Na zona rural, três em cada dez adolescentes são mães. Anualmente MINSA reporta 1.600 nascimentos de “mães” meninas entre 10 e 14 anos. A maioria das meninas e adolescentes grávidas são de baixa renda, solteiras, com baixa ou nula escolaridade e portanto com menos oportunidades para concluir os seus estudos (INIDE, 2018).

A proteção de crianças e adolescentes é, sem dúvida, uma dos temas pendentes nas políticas sociais da Nicarágua. O gasto em proteção social representa menos de 0,3% do PIB e 27,4% destina-se ao MIFAN o que equivale a 10,8 milhões de dólares (MCHP, 2019). As crianças, adolescentes e mulheres continuam vulneráveis



diante da violência de gênero e a frequência da violência intrafamiliar, sexual e os índices de feminicídios crescem, sendo que a confiança em algumas autoridades, acusadas de violar os direitos humanos de forma sistemática, vai desvaecendo.

Segundo registros do IML, durante o período de 2014-2018, mais de 86% das peritagens por violência sexual focadas em crianças e adolescentes, e mais de 40% dos casos tratava-se de meninas com menos de 13 anos. Somente em 2018, foram realizadas 4.085 peritagens por violência sexual, das quais 3.322 eram crianças representando 81% do total. Neste mesmo ano houve 7.629 peritagens por violência intrafamiliar, das quais 987 com foco em crianças, o que equivale a 13% do número total (IML, 2019).

Oa feminicídios, a máxima expressão misógena da violência contra a mulher, também afetam crianças e adolescentes. Entre 2014 à 2019, foi reportado 344 vítimas – incluindo meninas e adolescentes e pelo menos 367 delas ficaram em situação de orfandade (Católicas, 2020).

O trabalho infantil também pode ter aumentado como consequência da crise econômica e do desemprego. As últimas estatísticas sobre o trabalho infantil publicadas pelo governo apontam que aproximadamente 396.118 crianças (31,1% da população entre 10 e 18 anos) estavam trabalhando de forma remunerada ou não remunerada (INIDE, 2014).

Nicaragua enfrenta grandes desafios para cumprir de forma mediana com os direitos de crianças e adolescentes. Em seus quatro exa-

mes de país, o CDN recomendou ao estado que dobre os seus esforços a fim de garantir a aplicação de marcos regulatórios, políticas públicas e alocação de recursos orçamentários adequados para a garantia plena de cada criança e adolescente nicaraguense.



<http://www.codeni.org.ni/>





**Se você quiser saber mais
sobre Observatório Regional
Ecos e reflexos**

Seguimos em:



ECOS & REFLEXOS